

BEPS e as Ações nos Países "Emergentes"

RUSSIA (RUS), CHINA (CHN), ÍNDIA (IND), ÁFRICA
DO SUL (RSA), MÉXICO (MEX) e CHILE (CHI)

BEPS: Cenário Internacional e Tendências

BEPS: Cenário Internacional e Tendências

A [R]Evolução Tributária Mundial

Companhias multinacionais (MNCs) estão enfrentando vários novos desafios relacionados à tributação

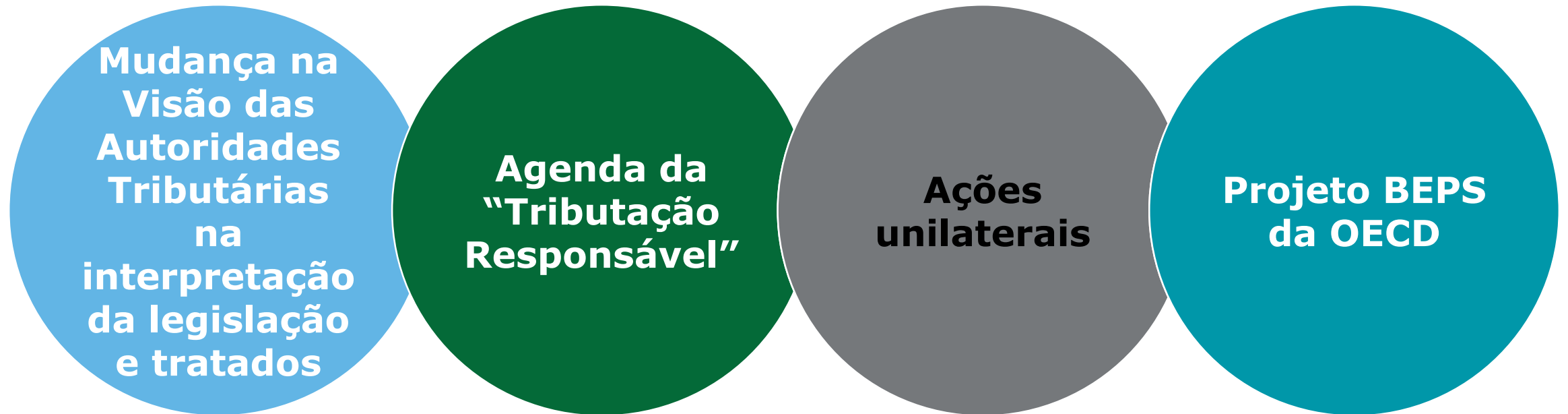


Déficits orçamentários e cut-backs relacionados, atenção da mídia e grupos de interesse ativistas resultaram em interesse público e político em reforma tributária

BEPS: Cenário Internacional e Tendências

A [R]Evolução Tributária Mundial

Este novo ambiente tributário resulta nas seguintes ações, que se configuram uma [r]evolução



O Projeto BEPS é parte de um contexto mais amplo ("*bigger picture*")

BEPS: Cenário Internacional e Tendências

Áreas Chave dos Planos de Ação do BEPS da OECD



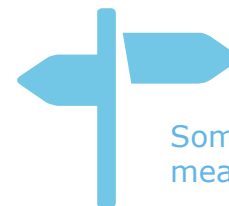
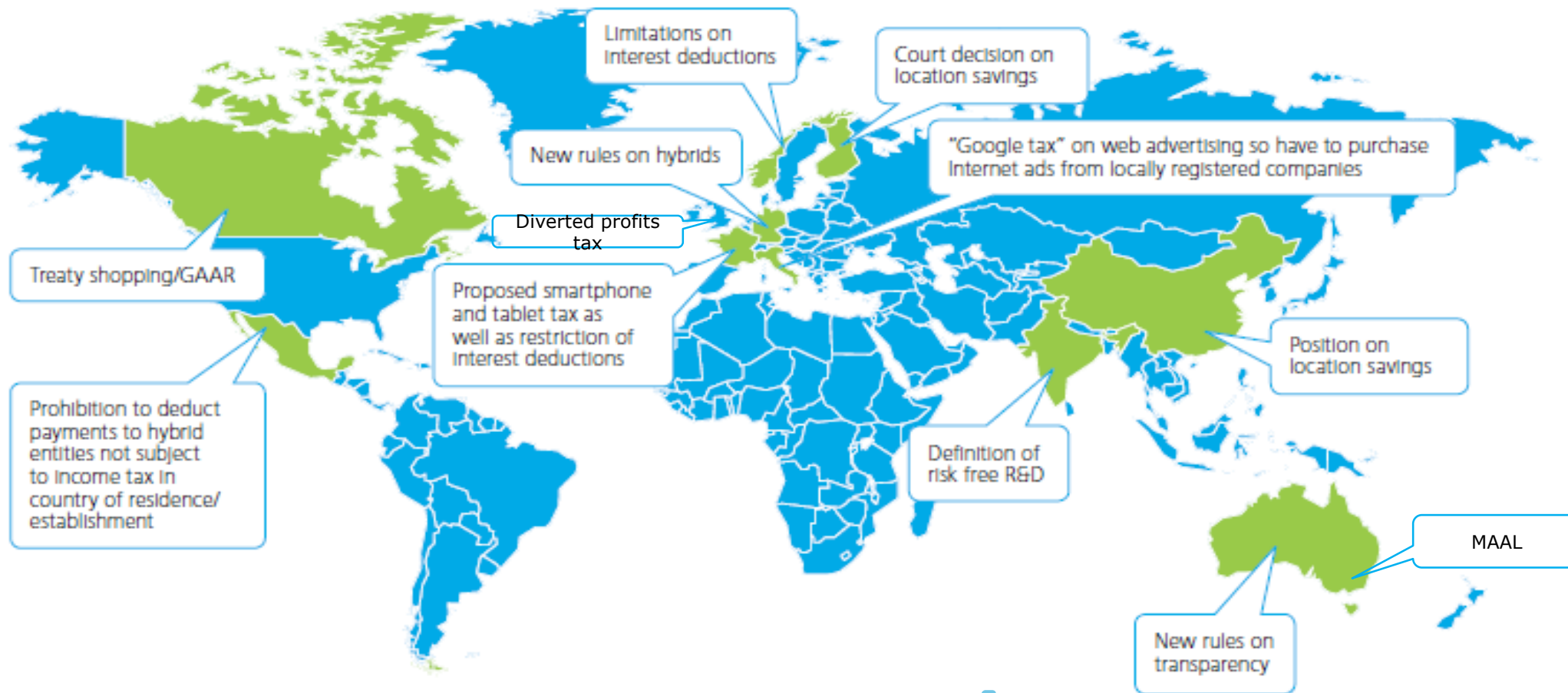
BEPS: Cenário Internacional e Tendências

Impactos Após BEPS



BEPS: Cenário Internacional e Tendências

Ações Unilaterais



Some countries adopted unilateral measures BEPS e as Ações nos Países "Emergentes"

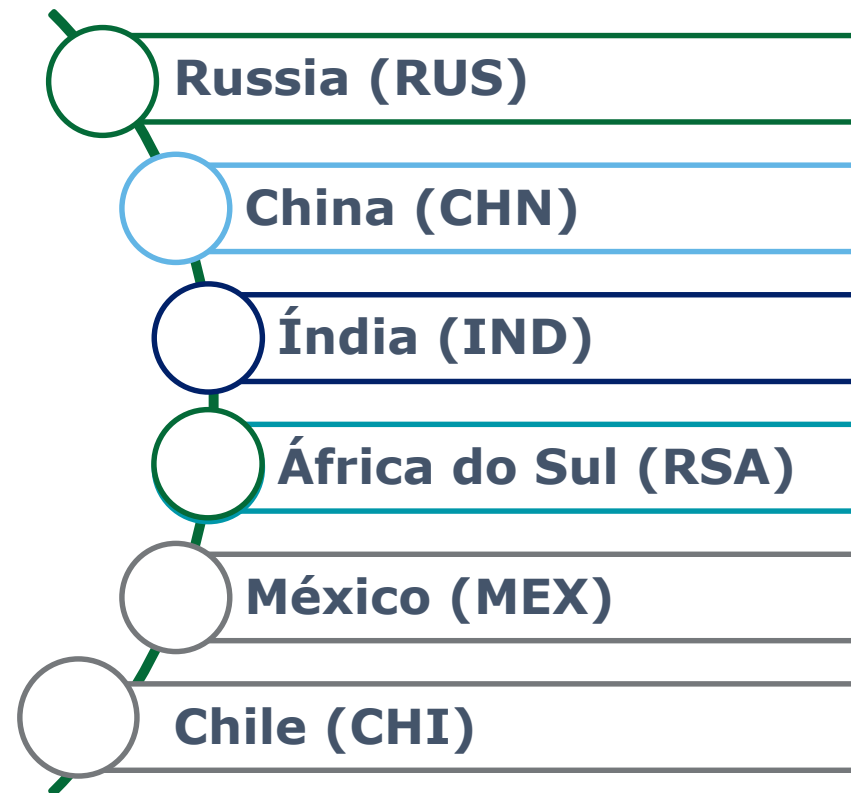
Planos de Ação do BEPS

Ano-calendário de 2016

BEPS: Comparação – Implementação das Ações

Experiência Internacional

- Comparação envolvendo países “Emergentes”
- Estágio em que se encontram na implementação das Ações do BEPS









BEPS - Plano de Ação 1

□ Ação 1 - Desafios da Economia Digital

AÇÃO 1 - ECONOMIA DIGITAL					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
⊘	⊗	☑	☑	⊗	⊘
A Duma Federal, que forma o Legislativo da Federação Russa, está avaliando o Projeto de Lei, no qual a prestação de serviços eletrônicos, por não-residentes à clientes russos, estará sujeita à tributação pelo VAT.	Sem previsão de implementação do Plano de Ação 1, pela China.	A Lei das Finanças, em 2016, sofreu alterações, como a introdução ao imposto de "equalização" de 6%, nos casos de pagamentos efetuados por serviços especificados (publicidade on-line e serviços semelhantes são notificados). Ainda aguardando aprovação do governo.	A legislação de VAT da RSA sofreu alterações, com efeitos a partir de 01/04/2014, quais sejam: (i) A prestação de determinados serviços eletrônicos estão sujeitos ao registro do fornecedor, na RSA; e (ii) VAT é cobrado sobre o fornecimento dos serviços, sendo incluídos os e-books, filmes e música. Ainda não se sabe se a atual legislação será mantida; e ideia quanto ao timing da implementação.	Sem previsão de implementação do Plano de Ação 1, pelo México.	As autoridades fiscais chilenas podem autorizar ou requerer a criação de mecanismos de controles de transações digitais e a prestação de serviços digitais, para fins tributários.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Mai, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Plano de Ação 2

❑ Ação 2 - Neutralizar Efeitos dos Instrumentos Híbridos

AÇÃO 2 - INSTRUMENTOS HÍBRIDOS					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
					
Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 2.	Ações de implementação estão sob exame pelas autoridades fiscais (SAT).	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 2.	A RSA possui legislação pertinente de híbridos, embora um grupo de peritos ("Davis Tax Committee") tenha recomendado o seu aperfeiçoamento (simplificação), com foco em princípios legais, em vez de transações ou instrumentos específicos. As regras devem estar alinhadas com as melhores práticas internacionais.	Reforma fiscal, em 2014, introduziu uma regra que não permite a dedução de pagamentos efetuados sob a forma de juros, royalties ou taxas de assistência técnica, a um destinatário não-residente, que controla ou é controlado por contribuinte mexicano, se este não residente é considerado "transparente" e seus sócios não estão sujeitos ao imposto naquela jurisdição; o país de residência do beneficiário desconsidera o pagamento, ou o destinatário não inclui o pagamento como parte de sua renda tributável.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 2.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Plano de Ação 3

❑ Ação 3 - Reforçar Normas sobre *Controlled Foreign Companies* ("CFC")

AÇÃO 3 - CFCs					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
☑	☑	☒	☑	☑	☑
Legislação voltada para "desoffshorização" da economia Russa editada em 1º de Janeiro de 2015, a qual vem sendo regularmente atualizada com relação à taxação de CFCs. Desenvolvida minuta de "Lista de Estados e Territórios que não Intercambiam Informações Tributárias com a Rússia" e se encontra em revisão.	A China já possui regras CFC - Controlled Foreign Companies, que estão a ser revistas como parte das alterações à orientação atual (Circular No 2).	Não há regras CFC - Controlled Foreign Companies.	As regras CFC da RSA, são tidas como complexas e pouco claras em alguns aspectos. Desta forma, a aplicação das recomendações contidas no relatório sobre a Ação 3 pode ser bem-vindos para ajudar na reforma da legislação. No entanto, não há previsão de alterações nas regras atuais.	Mexico já possui regras CFC - Controlled Foreign Companies, que foram atualizadas em 2014. Ainda não se sabe se haverá novas atualizações referentes a estas regras.	Já foram implementadas as regras "CFC".
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016







BEPS - Plano de Ação 4

❑ Ação 4 - Limitar Erosão da Base Tributável por Dedução de Juros e Outros Rendimentos Equivalentes

AÇÃO 4 - DEDUÇÃO DE JUROS					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
✔	✔	✘	✔	✘	✔
A Rússia já possui previsão legal sobre a dedução dos juros ("Thin Capitalization" e "Preços de Transferência"). Não há previsão para outras alterações, no âmbito da Ação 4.	A China já adota "Thin Capitalization" e "Preços de Transferência" para limitar dedutibilidade de juros. Porém, tais regras cobrem apenas os juros pagos entre partes relacionadas. A lei tributária chinesa adota o conceito de relação dívida/patrimônio como critério relevante (ao invés da relação baseada na despesa com juros).	Não há conhecimento sobre implementação de Ação 4.	As regras de controle cambial, Preços de Transferência e do Imposto de Renda, na RSA, tendem a evitar excessivas deduções de juros. No entanto, o ambiente legislativo atual é complexo, podendo gerar incertezas aos contribuintes. Não há clareza quanto a mudanças na legislação.	Não há conhecimento sobre implementação de Ação 4.	Alterações às regras de subcapitalização, em 2015, relacionadas a financiamentos externos que se beneficiem de redução de tributação na fonte sobre juros, de acordo com tratados ou regras domésticas. Juros sobre o excesso de dívida é dedutível às bases de imposto de renda, mas devedor sujeita-se à penalização. Em relação às reformas fiscais de 2014, foram introduzidos requerimentos sobre as deduções dos pagamentos, por empresas vinculadas no exterior (pagamento efetivo, disponibilidade do rendimento e recolhimento do imposto na fonte).
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maior, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Plano de Ação 5

□ Ação 5 - Combater Práticas Prejudiciais Tendo em Conta a Transparência e a Substância

AÇÃO 5 - PRÁTICAS FISCAIS PREJUDICIAIS					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
					
Não aplicável.	O governo pretende rever os regimes relevantes para determinar se eles serão afetados pela implementação da Ação 5 do BEPS. A tributação reduzida para empresas high tech ou novas tecnologias foi revista pela OCDE e considerada como não prejudicial, portanto não se esperam modificações no curto prazo.	O projeto de lei orçamentária de 2016, inclui a proposta de um "patent box regime" na Índia. Este proporcionaria uma taxa de 10% para receitas de royalties de patentes, desde que desenvolvidas e registradas na Índia, por residentes indianos. O projeto de lei orçamentária ainda está aguardando aprovação do governo.	Existe uma preocupação quanto à possibilidade do regime de domiciliação na RSA se constituir em uma prática prejudicial. Ainda não se sabe se e quando haverá modificações na legislação vigente.	Não há conhecimento sobre implementação de Ação 5.	O Chile não considera "IP boxes" ou outros regimes fiscais preferenciais que possam ser considerados prejudiciais. Por outro lado, na reforma fiscal de 2014, foram introduzidas algumas alterações, limitando ou modificando a utilização de benefícios e pagamentos por meio de regimes tributários preferencias estrangeiros.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Plano de Ação 6

❑ Ação 6 - Prevenir Utilização Abusiva dos Tratados para Evitar Dupla Tributação

AÇÃO 6 - PREVENIR ABUSO DE TRATADO					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
⊘	☑	☑	☑	☑	☑
<p>Uso de "LOB" é limitado. O conceito de "beneficiário efetivo" foi introduzido na legislação tributária para fins de redução de alíquotas aplicáveis na retenção na fonte sobre dividendos, juros e royalties pagos a não residentes.</p>	<p>Em linhas gerais, as práticas das Autoridades Tributárias Chinesas (SAT) estão alinhadas com a Ação 6. O SAT está considerando o conceito da cláusula "LOB", favorecendo a abordagem combinada de "PPT" e "LOB". SAT está estudando o conceito de "beneficiário equivalente".</p>	<p>Introdução do GAAR como parte da legislação tributária do país.</p>	<p>DC recomendou que a RSA mantenha a aplicação das disposições anti-elisivas domésticas aos tratados. O conceito de "objetivo principal" previsto no GAAR é semelhante ao PPT recomendado pela OECD. Além disso, devem-se tomar medidas para renegociar seus tratados mais antigos, ou alterar os seus títulos e preâmbulos para evitar a não-</p>	<p>Reforma fiscal, em 2014, abordou a aplicação dos tratados tributários entre partes relacionadas. As Autoridades Tributárias podem exigir dos estrangeiros que estes comprovem que são residentes em país de jurisdição do tratado, através de representante legal e declaração juramentada confirmando que existirá dupla tributação no país de</p>	<p>Há regulação do conceito de usufruto de renda sob um tratado, do uso de entidades veículo, etc. Cláusulas LOB estão sendo consideradas em tratados negociados, e é provável que se tomem parte de instrumento multilateral. Chile possui GAAR, e irão buscar aplicá-la no contexto de abuso, naqueles casos não especificamente endereçados pelas</p>
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Plano de Ação 7

☐ Ação 7 - Prevenir Reconhecimento Artificial de Estabelecimento Permanente (PE)

AÇÃO 7 - ESTABELECIMENTO PERMANENTE (PE)					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
☑	☑	☒	⊘	☒	☒
O conceito "PE" já está definido na lei russa. Sem previsão de mudanças a serem implementadas.	SAT considera que a posição atual, em relação às questões "PE" (contidas na Circular No. 75), já reflete às recomendações da Ação 7 do BEPS.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 7.	Espera-se que a implementação das alterações na definição de "PE" pela RSA, em seus tratados fiscais, seja benéfica para o país.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 7.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 7.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maior, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Planos de Ação 8, 9 e 10

☐ Ações 8, 9 e 10 – Preços de Transferência

AÇÕES 8, 9 e 10 - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
⊘	☑	⊘	☑	☑	☑
Novas diretrizes de Preços de Transferência estão sendo desenvolvidas, e as autoridades fiscais russas estão considerando a possibilidade da aplicação de certas recomendações do BEPS.	As práticas das Autoridades Tributárias estão de acordo com as Ações 8 a 10 do BEPS. O projeto de alterações (conforme a Circular No. 2), será adaptado para a China.	O conceito das funções relacionadas com o desenvolvimento, aprimoramento, manutenção, proteção e valorização (DEMPE), tem sido reconhecido e aceito na prática, em determinados casos. Não é provável que a Índia adote a forma atual da abordagem simplificada, em função da definição de serviços de baixo valor agregado. Adoção dos demais conceitos é incerta.	Regras de controle cambial restringem a extensão em que acordos abusivos podem ser implementados na prestação de intangíveis intra-grupo. Regras de controle cambial requerem prévia aprovação desses acordos, e confirmação de Preço de Transferência. Royalties industriais estão sujeitos a limites de imposto (geralmente 6% das receitas na RSA).	Regras de Preços de Transferência, no México, geralmente seguem as diretrizes da OCDE. Não há o conhecimento, ainda, de como serão implementadas as alterações propostas.	As regras de TP são baseadas em orientações da OCDE. A reforma fiscal, em 2014, introduziu novas regras para reforçar a supervisão das autoridades fiscais nas transações com o exterior, onde grandes empresas devem apresentar uma declaração juramentada a respeito de sua presença tributária global.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Mai, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016







BEPS - Planos de Ação 12

❑ Ação 12 – Solicitar que Contribuintes Divulguem Planejamentos Tributários Agressivos

AÇÃO 12 - DIVULGAÇÃO DE PLANEJAMENTOS TRIBUTÁRIOS AGRESSIVOS					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
⊘	⊘	⊗	☑	⊗	☑
Em 2014, o governo ratificou a Convenção sobre Assistência Mútua em matéria fiscal, o que exigirá a troca automática de informações fiscais sobre as operações financeiras com jurisdição estrangeira.	O SAT deve introduzir regras de divulgação obrigatória em sua legislação, através da revisão do Direito Tributário e Administrativo, e suas regras de execução.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 12.	Há regras existentes de divulgação de planejamentos agressivos. Medidas adicionais relacionadas ao reporte para empreendimentos multinacionais (Ação 13).	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 12.	A reforma tributária de 2014 introduziu GAARs que miram transações com motivações unicamente tributárias. GAAR autoriza Autoridades Tributárias a desconsiderar benefícios obtidos a partir de planejamento abusivo ou agressivo, além de cobrar impostos, juros e multa. Grandes contribuintes devem apresentar Declaração juramentada detalhando lucros antes de impostos, ativos, operações transnacionais, etc.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Planos de Ação 13

□ Ação 13 – Documentação de Preços de Transferência/ CbC (*Country by Country*) Report

AÇÃO 13 - DOCUMENTAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
					
Os parâmetros para documentação de TP ainda estão em desenvolvimento. O governo apoia o conceito de relatórios CbC, e estes devem ser introduzidos na legislação do país.	A China assinou acordo multilateral para a troca automática de relatórios CbC. O projeto de alterações (Circular 2) incorpora a Ação 13, adaptada à China. Documentação local pode ser exigida por entidades chinesas (Master file, local file & special issues), além de determinados grupos serem designados a apresentar formulário CbC.	A Índia assinou acordo multilateral para a troca automática de relatórios CBC. Proposta orçamentária de 2016 introduziu a exigência de relatórios CbC nas regras de preços de transferência, com disposições específicas sobre o conceito de relatórios CbC (eficácia a partir de 2016) a serem definidos, incluindo penalidades pelo não cumprimento.	A RSA assinou acordo multilateral para a troca automática de relatórios CBC. Os relatórios CbC deverão ser preparados a partir de Janeiro de 2016, para MNE residentes na RSA com receitas superiores a ZAR \$10bn. SARS confirmou que o modelo emitido será conforme OCDE.	O país assinou acordo multilateral para a troca automática de relatórios CbC. A reforma tributária de 2016 implementou as ações mínimas previstas na Ação 13. Também implementou exigência de documentação de TP (master file/ local file). Grandes empresas multinacionais sediadas no México devem apresentar relatório CbC.	O Chile assinou acordo multilateral para a troca automática de relatórios CbC. Os contribuintes precisam enviar anualmente notificação às Autoridades Tributárias informando transações com entidades relacionadas estrangeiras e as políticas de Transfer Pricing.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Maio, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS - Planos de Ação 14

□ Ação 14 – Tornar Mecanismos de Resolução de Conflitos mais Eficazes

PLANO DE AÇÃO 14 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS					
RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
✘	✘	✘	⊘	✘	✘
Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 14.	As ações previstas no BEPS 14 representam desafio sistema tributário Chinês, em função de suas ambiguidades. O SAT planeja 3 ações em realação da Ação 14, quais sejam: (i) reforçar a legislação; (ii) melhorar a uniformidade na prática local; e (iii) participação no fórum "MAP" para reforçar a cooperação com outros países.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 14. Porém, fontes do governo indicaram que a arbitragem, obrigatória e vinculante, é pouco provável de ser implementada no país.	Apesar de RSA não ser um país que adota arbitragem vinculante em seus tratados bilaterais, a grande maioria dos países com que assinou tratado adotam essas regras. Portanto, tais tratados terão de ser revistos para incluir resolução de disputas. Em março de 2015, SARS publicou orientações sobre os procedimentos MAP, incluindo a explicação do seu conceito, bem como formas de enviar a solicitação.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 14.	Não há conhecimento sobre implementação do Plano de Ação 14. Porém, é provável ser implementado como parte do instrumento multilateral.
Fevereiro, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016	Mai, 2016	Fevereiro, 2016	Abril, 2016

BEPS – Resumo do Status dos Planos de Ação

	RUSSIA	CHINA	INDIA	RSA	MEXICO	CHILE
AÇÃO 1	⊘	⊗	✓	✓	⊗	⊘
AÇÃO 2	⊗	⊘	⊗	✓	✓	⊗
AÇÃO 3	✓	✓	⊗	✓	✓	✓
AÇÃO 4	✓	✓	⊗	✓	⊗	✓
AÇÃO 5	⊗	✓	✓	⊘	⊗	✓
AÇÃO 6	⊘	✓	✓	✓	✓	✓
AÇÃO 7	✓	✓	⊗	⊘	⊗	⊗
AÇÃO 8 - 10	⊘	✓	⊘	✓	✓	✓
AÇÃO 12	⊘	⊘	⊗	✓	⊗	✓
AÇÃO 13	⊗	✓	✓	✓	✓	✓
AÇÃO 14	⊗	⊗	⊗	⊘	⊗	⊗



A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

©2016 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.